

Aracruz/ES, 10 de setembro de 2025.

MENSAGEM DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 005/2025  
**SENHOR PRESIDENTE, SENHORES VEREADORES:**

Cumprimento Vossa Excelência e os eminentes Vereadores desta Veneranda Casa Legislativa de Aracruz, vimos respeitosamente, utilizando das prerrogativas e competências a mim conferidas pela Lei Orgânica Municipal, como Chefe do Poder Executivo, apresentar à esta respeitável Câmara Municipal, para a devida apreciação, o Projeto de Lei Complementar n.º 005, que rege sobre a alteração da Lei n.º 2.521/2002 - Código Tributário do município de Aracruz.

O Artigo 200 a 204 do Código Tributário Municipal preceitua que os serviços de varrição de vias e logradouros públicos constituem-se como fato gerador da taxa de limpeza urbana.

Todavia, o Supremo Tribunal Federal por meio da edição da Súmula Vinculante n.º 19, firmou entendimento de que é inconstitucional a cobrança dos referidos serviços por ofensa ao art. 145, inciso II, da Constituição Federal.<sup>1</sup>

Somado a isto, apesar do artigo 200 e seguintes também versarem a respeito dos serviços de remoção, coleta e destinação final do lixo domiciliar ou não, o Município já dispõe de regulação mais robusta juridicamente sobre os serviços, por meio da Lei n.º 4.407/2021 e posteriormente alterada pela Lei n.º 4.656/2023. Além disso, a manutenção das duas taxas, quais sejam, taxa de limpeza urbana, regulada pelo CTM e taxa de manejo de resíduos sólidos, instituída pela Lei Municipal n.º 4.407/2021, ocasiona o bis in idem. Ou seja, o mesmo fato gerador é objeto para dois encargos tributários dispostos em legislações municipais distintas, o que não é permitido legalmente.

Neste sentido, por se tratar de um tema de grande relevância, nos termos do Artigo 21 da Lei Orgânica Municipal de Aracruz, requiro apreciação em caráter de urgência.

Conto com o prestimoso apoio dos nobres Vereadores, para a aprovação deste Projeto de Lei Complementar, em **caráter de URGÊNCIA**, nos termos do § 1º do Art. 32 da Lei Orgânica do Município de Aracruz.

Reitero os votos de estima e apreço, permanecendo à disposição para maiores elucidações.

Atenciosamente,

**LUIZ CARLOS COUTINHO**  
Prefeito Municipal

<sup>1</sup> <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=26&sumula=1248>





Aracruz, 10 de setembro de 2025.

**Referência: Processo Eletrônico n.º 8.537/2025**

Com os nossos cumprimentos, encaminhamos o Projeto de Lei Complementar n.º 005/2025 – DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DOS ARTIGOS 200 A 204 DA LEI 2.521/2002 –CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, para apreciação dessa conceituada Casa Legislativa.

LUIZ CARLOS COUTINHO  
Prefeito Municipal

[illegible]

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340034003700350039003A005000

Assinado eletronicamente por **MAISA CAMPOS OLIVEIRA** em 11/09/2025 13:38

Checksum: **A77D728A6A7386C6E16CCCF07592A26F8DEB9DEFC437A274316A3B5A1C410475**

